

Vinícius Moser

D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (Orgs). João Paulo dos Reis Velloso: memórias do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 388 p. Coleção Tempos Modernos

Palavras-chave: Planejamento, História Econômica, História Oral.

Graduado em História
FEEVALE
moser@feevale.br

Key-words: Planning, Economic History, Oral History.

O livro *João Paulo dos Reis Velloso: memórias do desenvolvimento* é produto de uma série de entrevistas realizadas entre dezembro de 2002 e julho de 2003, com o ex-ministro de Planejamento João Paulo dos Reis Velloso, que atuou nos governos Médici e Geisel. Essas entrevistas têm por objetivos principais, retratar não somente a trajetória política do entrevistado, mas também concentrar na apresentação de um panorama amplo da economia e do planejamento econômico brasileiro da década de 1960 até os anos 1980.

Na área do planejamento econômico, sua preocupação era fazer um julgamento crítico da tese, quase universalizada, de que no Brasil desde 1930 havia uma industrialização de substituição das importações. Entretanto, este modelo - que todo projeto industrial de nação acaba criando - necessita ser visto como necessário, pois o objetivo de um projeto nacional de industrialização constitui-se na substituição de exportações, como relata a autora Heloisa Machado da Silva (2004) em seu livro *Da substituição de importações à substituição de exportações*.

Portanto, o papel estratégico exercido pela substituição de importações e seu aumento de exportações acabavam por impulsionar a expansão da demanda interna, por meio de um sistema de interações. “Acho que o Brasil teve, entre 1930 e 1980, um modelo voltado para a construção de uma economia continental, integrada e diversificada. Só que, à época, havia um certo negligenciamento da competitividade internacional”. (D'ARAÚJO; CASTRO. 2004: 72). Evidentemente, trata-se da opinião de Reis Velloso, portanto é necessário considerar que, neste período a que ele se refere, os planejadores da economia não possuíam visão tão clara a respeito dos desdobramentos econômicos que iriam ocorrer no Brasil. Com isso, o crescimento industrial do país na década de 1950, como também nos anos do “Milagre Econômico”, são momentos de aproveitamento de uma “época áurea” do crescimento do capitalismo industrial no mundo.

Após o momento inicial de considerações gerais acerca da economia brasileira nos anos JK e seus desdobramentos, volta-se a falar mais especificamente da criação de uma estrutura própria para o desenvolvimento do planejamento econômico no Brasil. Por meio de um convite do então ministro do planejamento do governo

Enviado em 30 de novembro de 2007 e aprovado em fevereiro de 2008.

Castelo Branco, Roberto Campos, Reis Velloso participou ativamente da criação do Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada (EPEA), que deu origem ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que foi criado no governo de Costa e Silva. A idéia era ter um organismo de pensamento da rotina administrativa do governo, por meio de pesquisa econômica aplicada. Outros importantes organismos também estavam sob a subordinação do IPEA, como a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), que depois passou ao controle do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) e o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), reestruturado em 1967.

Em seguida à gestão de Reis Velloso no IPEA, o mesmo assume o Ministério do Planejamento em finais de 1969. Esta pasta possuía – e possui – uma destacada importância, propondo até mesmo o Orçamento da União. Outro fator que ressaltava o valor desta área era a concentração da criação e execução de todos os projetos de desenvolvimento regional e de cunho estratégico.

Deste modo, nesse momento também havia uma, pode-se dizer assim, abertura assimétrica da economia: de um lado, grande proteção aos bens de consumo e, por outro, regimes especiais que isentavam de impostos as importações de matérias-primas e equipamentos para diversos setores. Sendo assim, um modelo mais complexo do que geralmente se supõe. Por meio destes incentivos “Houve política monetária e política creditícia expansionista, grande estímulo às exportações através, inclusive, de um sistema de crédito-prêmio. *Ou seja, a empresa, quando exportava, além de não pagar impostos, ainda tinha um crédito.*” (D'ARAÚJO; CASTRO. 2004: 138-139)

Na década de 1970, com a economia internacional num momento favorável, o mundo estava crescendo rapidamente e o Brasil, mesmo com os incipientes problemas inflacionários, possuía facilidade em obter recursos externos. Embora seja necessário ressaltar que o financiamento com poupança externa era complementar. O país financiava 90% dos seus investimentos realizados a cada ano com poupança interna e somente 10% com poupança externa.

O objeto de maior atenção deste livro é a passagem de Reis Velloso no governo Geisel, onde ele realiza uma interessante análise dos acontecimentos econômicos e políticos deste período. Contudo, o evento que se sobressai neste cenário, é, sem dúvida, o choque do petróleo de 1973, que causou um impacto brutal na economia brasileira nos anos subseqüentes. A título de exemplo, a balança comercial brasileira, que em 1973 possuía um virtual equilíbrio, em 1974 passou a ter um déficit de US\$ 4,7 bilhões. Também houve um problema no fornecimento de insumos industriais básicos, fato este diagnosticado em estudo de 1966.

Outros pontos importantes da agenda do Planejamento neste momento era a expansão da rede de telecomunicações, o incremento das áreas de siderurgia, prospecção petrolífera – com a descoberta de um grande campo petrolífero em Campos (RJ), começou-se a mudar as perspectivas em relação ao petróleo, mas ainda continuava pesando o fato do Brasil não possuir auto-suficiência nessa área – informática e ainda a questão da energia nuclear, fato este que causou grande desgaste das relações EUA-Brasil.

Entretanto, o grande desafio econômico do Brasil neste período era a questão do aumento das exportações. Com isso, houve um esforço adicional de substituição de importações, tanto que o crédito-prêmio pago aos exportadores aumentou em média cerca de 40%. Assim, as exportações passaram de US\$ 6,2 bilhões em 1973 para US\$ 12,7 bilhões em 1978. Havia a questão crucial: exportar o que e para quem? Quanto à pergunta de Reis Velloso, pode-se dizer que na década de 1970 a mesma será respondida quando a política externa brasileira teve como um de seus pilares a busca de mercados consumidores de manufaturados brasileiros. Em outras palavras, o Brasil passou de importador líquido a exportador líquido de bens de capital.

No que tange às conseqüências do governo Geisel no plano da economia, havia um “saúdável medo do abismo”, que, no entanto, não houve nas crises dos anos 1980, por este motivo perdeu-se a credibilidade externa e o Brasil parou de crescer.

A conseqüência foi que a inflação passou para o patamar de 100% e posteriormente para 200 %; o déficit em conta corrente deu um salto e chegou a US\$ 15 bilhões em 1982/1983; o endividamento externo líquido chegou a US\$ 80 bilhões em 1982, quando houve o colapso externo. E já em 1981 o Brasil tinha perdido a credibilidade perante os bancos credores. (D'ARAÚJO; CASTRO. 2004: 236)

Diante de tal situação, posteriormente, os governos Figueiredo e Sarney não mostram adequada capacidade de resolver os problemas econômicos nacionais; evoluiu-se no sentido da redemocratização, entretanto não melhorou a forma de governar. Assim como agravou a distribuição de renda, que nos anos 1970 tinha atingido, na visão do depoente, um patamar razoável. Em suma: nos anos 1980 evidenciou-se o colapso do modelo nacional-desenvolvimentista e nada se conseguiu no sentido de reverter esta situação ou propor uma alternativa

Desta forma, é importante destacar que foi de certa relevância a contribuição da tecnoburocracia governamental no planejamento da economia brasileira de 1964 aos dias atuais. Reis Velloso destaca de modo interessante a forma com que o planejamento econômico, especialmente no período em que foi ministro desta área, serve de substrato, de parâmetro para as iniciativas, em termos de desenvolvimento, que foram efetuadas nos anos subseqüentes, e que no atual governo foram retomadas com bastante intensidade.

Porém, também se cabe aqui fazer a crítica da postura dele – e da política econômica do Regime Militar, de uma maneira geral – de, mesmo prevendo uma difícil situação econômica do Estado em médio prazo (termos de 10 anos), pouco se realizou para que os investimentos obtidos nos anos do “Milagre”, a juros baixos e com grande liquidez internacional, se tornassem obrigações quase impagáveis, e que culminariam no episódio de triste recordação que se constituiu a moratória decretada por Sarney em 1986.

De qualquer modo, este livro constitui-se em uma grande e consistente retrospectiva dos acertos, e também dos erros, dos que consolidaram o paradigma desenvolvimentista no Brasil, em especial dos atores envolvidos no processo econômico do Regime Militar. Ainda é possível afirmar que estudos nesse sentido se fazem necessários, assim como pesquisas com este recorte temporal, para melhor compreensão deste momento da História econômica e política brasileira no período contemporâneo.